



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

HAMMOND, Richard James (1911-1982)

Embora de origem britânica, foi a partir dos Estados Unidos que o historiador económico Richard Hammond realizou os seus estudos sobre o Império português em África. Não tendo produzido uma obra muito extensa sobre a temática, este Autor ocupa, no entanto, uma posição importante na historiografia colonial portuguesa devido à sua célebre tese do “imperialismo não-económico”.

Antes de se dedicar a temas portugueses, Hammond fora membro da Historical Section do Cabinet Office britânico, em Londres, tendo redigido ao longo da década de 1950 várias obras a respeito da política alimentar e agricultura do Reino Unido, particularmente em períodos de guerra. Em 1959, tornou-se membro do Food Research Institute da Universidade de Stanford, na Califórnia, Estados Unidos, sendo também professor na mesma universidade. Viria ainda a exercer funções de consultor económico em Palo Alto (Califórnia).

Foi na década de 1960 que se dedicou à questão imperial portuguesa, começando logo em 1961 com um artigo no *The Journal of Economic History* de Stanford, intitulado “Economic Imperialism: Sidelights on a Stereotype” – não exclusivamente sobre Portugal, mas baseando-se abundantemente no caso português. A esta primeira abordagem seguiu-se outro artigo de extensão semelhante, “Portugal’s African Problem: Some Economic Facets”, no ano seguinte, sobre a situação económica presente, à data, nas províncias ultramarinas (em rigor, apenas em Angola e Moçambique). Em 1966, publicou o seu estudo mais extenso sobre a temática, a obra *Portugal and Africa, 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*, no qual levava a cabo uma análise mais completa da política imperial (africana) portuguesa no período da monarquia constitucional (uma prometida futura continuação desta análise para o período republicano não parece ter chegado a ter lugar). Finalmente, em 1967, o artigo “Race Attitudes and Policies in Portuguese Africa in the Nineteenth and Twentieth Centuries” completou este corpo de estudos, focando-se, como o título indica, nas relações raciais nas possessões portuguesas. Este corpus de Hammond pode efetivamente ser visto como resultando de uma única longa pesquisa sobre o tópico da política portuguesa para África.

Tal pesquisa passa por uma consulta extensa de fontes e estudos portugueses. Se o historiador britânico, como ele próprio admite, tem por vezes dificuldade em compreender por inteiro a realidade oitocentista portuguesa, compensa tal “falta” com o recurso frequente a documentos oficiais (tanto quanto era permitido pelo regime do Estado Novo) dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Marinha portugueses, bem como aos escritos, oficiais ou não, de indivíduos do período em estudo, desde Mouzinho da Silveira a Ernesto de Vilhena, passando por Andrade Corvo, António Enes e muitos outros. Mais numerosas, contudo, são as referências a documentação do Foreign Office e do Colonial Office britânicos, elucidativos quanto à perspetiva inglesa dos acontecimentos, e a relatos de visitantes estrangeiros no Ultramar português. Quanto à historiografia, Hammond apoia-se nos trabalhos relativos à África portuguesa de Duffy e Boxer, além de obras a respeito de outras regiões africanas. Opõe-se por completo às teorias do imperialismo económico de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Hobson e Lenine, apoiando-se mais em Thorstein Veblen. De entre os historiadores portugueses, é Oliveira Martins que lhe merece maior referência (ainda que ocasionalmente crítica), não deixando, porém, de citar autores mais recentes, como João Ameal ou Alexandre Lobato.

Através da consulta rigorosa das fontes, o Autor afirma que pretende apreender e colocar-se na perspetiva do colonizador português do século XIX – tanto quanto é possível a um historiador inglês do século seguinte, reconhece. A posição que adota passa pela recusa de conceitos presentes que, a seu ver, não têm um significado histórico bem definido, como eurocentrismo e mesmo colonialismo. A sua autoproclamada “neutralidade” leva-o a demarcar-se quer da historiografia oficial apologética portuguesa (salazarista), quer de noções anticoloniais – convém lembrar que Hammond escreve num período em que as províncias ultramarinas já se encontravam em revolta aberta contra o poder colonial. Essa pretensa neutralidade nem sempre é evidente nas suas palavras. A perspetiva que analisa é assumidamente a do português metropolitano e, menos frequentemente, a do colono, nunca a do indígena africano, que diz ser impossível de apreender.

Portugal and Africa, a sua obra mais importante, consiste numa análise detalhada da política colonial portuguesa ao longo de Oitocentos e primeira década de Novecentos (depois de uma narração bastante sumária da História portuguesa anterior). Embora se proponha fazer uma análise económica e, de facto, apresente bastantes dados económicos sobre as regiões coloniais africanas (Angola e, com particular destaque, Moçambique, não tanto a Guiné e as ilhas), a História de Hammond é em grande medida narrativa e muito focada nos acontecimentos políticos: mudanças de governo, tratados, campanhas militares, etc., são recontadas com detalhe que parece por vezes excessivo. Um foco especial é concedido às relações externas, nomeadamente com o Reino Unido, como seria talvez de esperar de um historiador inglês. O Autor descreve com minúcia as negociações entre os dois países em redor de várias questões (como os tratados abortados do Congo ou o Ultimato de 1890), enfatizando o ponto de vista britânico e procurando explicar as ações do Foreign Office. Não se trata de “desculpabilizar” o governo de Sua Majestade (admite, de resto, que em certos momentos os britânicos procederam com duplicidade e calculismo), mas de clarificar circunstâncias por vezes ignoradas pelos historiadores portugueses e pôr em evidência a não-coincidência das conceções político-ideológicas dos dois países, lavando a desentendimentos. Além do Reino Unido, aponta a atuação de outros atores internacionais como a Alemanha, o Transval ou a Chartered Company de Cecil Rhodes. Os equilíbrios e jogos de poder entre tais potências são, a seu ver, em grande medida responsáveis pela continuidade – e expansão – do Império africano português, que chega a descrever como um “acidente histórico”.

Outra grande preocupação do Autor, presente em todos os seus textos, é a de demonstrar as fraquezas da administração colonial portuguesa, os defeitos na sua política, as dificuldades na ocupação efetiva e povoamento do território (embora gradualmente ultrapassadas), a disparidade entre o disposto na lei e a realidade observada (em especial no caso da abolição da escravatura). A par dos desafios políticos, salienta os económicos. As descrições que faz das economias de Moçambique e Angola, não sendo embora



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

completamente depreciativas, pintam um retrato pouco positivo. Aponta para a incapacidade de implementar uma exploração agrícola realmente lucrativa, para as receitas consistentemente modestas, para a ausência de investimento por capitalistas nacionais e para os vários – e notórios – fracassos de companhias concessionárias encarregadas de desenvolver setores produtivos nas duas possessões ultramarinas (entre outros fatores ainda), para argumentar que a posse de um império colonial não trouxe a Portugal quaisquer vantagens económicas apreciáveis. Daí concluir que o imperialismo luso não pode ter tido por motor principal a motivação económica, tantas vezes frustrada.

Procura, pois, outra motivação para a contínua posse dos territórios e encontra-a no campo da ideologia, no orgulho nacional e na construção identitária. Observando o pensamento da elite política e intelectual portuguesa, o Autor encontra (salvo algumas exceções) uma crença convicta na necessidade de manter as colónias porque são parte integrante de Portugal, símbolos das glórias históricas e fator necessário para a manutenção da independência, não só como país, mas como civilização, na Europa do século XIX. Por esta razão, qualquer perda real ou imaginária de territórios imperiais é vista pelos portugueses da metrópole como inaceitável, independentemente do seu potencial económico. Também por essa razão, gastos insensatos são despendidos para manter e tentar desenvolver esses mesmos territórios. Nisto consiste a tese do imperialismo não-económico, que não só não é motivado pelos interesses do capital, como contraria esses interesses em prol de outros, político-ideológicos e identitários. O Império português é o exemplo acabado de tal teoria, mas Hammond sugere que ela se aplicará também às restantes potências coloniais europeias.

Embora esse não seja o seu objeto de estudo central, Hammond dedica alguns parágrafos da sua obra maior, bem como o artigo acima citado, à questão racial. Sem deixar de reconhecer a presença, em certos tempos e espaços específicos, de sociedades relativamente plurirraciais em Luanda e Lourenço Marques, o Autor discorda da teoria de Gilberto Freire, o célebre luso-tropicalismo, apontando a mentalidade altamente racista de múltiplos notáveis portugueses, Oliveira Martins em particular, como prova de que a tolerância racial não era uma mentalidade prevalente na opinião pública. Ainda que as leis, começando pela Constituição, proclamassem a igualdade independente de critérios étnicos, a realidade nos espaços africanos era frequentemente diferente. Para este Autor, todavia, as desigualdades raciais estão subjacentes a, e resultam de clivagens de classe.

Foi a sua teoria do imperialismo que conquistou a Hammond maior atenção – e controvérsia – na historiografia subsequente sobre o colonialismo português. É de destacar aqui a obra de W. G. Clarence-Smith, que se propõe analisar as possessões ultramarinas (partindo de um caso de estudo, o sul de Angola) através de um ponto de vista oposto, eminentemente económico – e marxista. Clarence-Smith tece várias críticas a Hammond, notando que a ausência de resultados económicos positivos não equivale à ausência de intenções económicas, mas simplesmente que estas saíram frustradas, e argumentando que estava de facto presente, pelo menos em Angola, uma classe capitalista ativa. Valentim Alexandre viria a apreciar criticamente ambas as teses, em 2004.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

No presente, em que encontrar uma causa ou explicação singular para um fenómeno complexo como a colonização portuguesa já não é um objetivo da historiografia, a obra de Richard Hammond continua relevante por diferentes aspetos. Em primeiro lugar, o foco colocado na ideologia e mentalidades da elite metropolitana e colonial que, pondo de lado o seu papel maior ou menor como motivação imperialista, é um objeto de estudo importante e valioso para a historiografia do Império. Em segundo, também o modo como é explicitada a atitude e resposta de uma potência externa às ações dos portugueses, através de fontes e adotando pontos de vista menos acessíveis a historiadores nacionais, especialmente na época. Finalmente, um certo realismo, ou ceticismo, proporcionado pela distanciação, em relação aos objetivos e fantasias imperiais portuguesas, hoje mais comum, mas interessante num período em que a historiografia nacional era ainda muito comprometida e apaixonada. É esse realismo que permite a Hammond notar que em finais de Oitocentos o Império africano não estava numa rota de declínio suscitada pelo Ultimato de 1890, mas tinha sim uma extensão consideravelmente maior do que no início daquele século, e uma mais intensa presença efetiva portuguesa.

Bibliografia ativa: HAMMOND, Richard J., “Economic Imperialism: Sidelights on a Stereotype”, separata do Journal of Economic History, Stanford, Dezembro de 1961, pp. 582-598; Portugal’s African problem: some economic facets, Occasional paper nº. 2 for limited distribution, Nova Iorque, Carnegie Endowment for International Peace, 1962; Portugal and Africa 1815-1910 A Study in Uneconomic Imperialism, Stanford, Stanford University Press, 1966; “Race Attitudes and Policies in Portuguese Africa in the Nineteenth and Twentieth Centuries”, [Londres], Race, IX, 2, 1967, pp. 205-216.

Bibliografia passiva: ALEXANDRE, Valentim, “O império português (1825-1890): ideologia e economia”, Análise Social, Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, pp. 959-979. CLARENCE-SMITH, W. G., Slaves, peasants and capitalists in southern Angola 1840-1926, African Studies Series 27, Cambridge, Cambridge University Press, 1979; The third Portuguese Empire, 1825-1975 A study in economic imperialism, Manchester, Manchester University Press, 1985.

Tiago Seixas dos Santos